



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

DILATADA, RECONFIGURADA, CONTEMPORÂNEA: JUVENTUDE E PIRATARIA COMO EXERCÍCIO DE CIDADANIA CULTURAL¹

Pedro PRATA²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Neste trabalho, vamos perceber a juventude por meio de três caminhos. O primeiro é a relação entre as noções de juventude, comunidade e cidade contemporânea. O segundo caminho demonstra o jovem como grupo específico de políticas sociais, principalmente de programas do Estado, que buscam promover melhorias na qualidade de vida e garantir acesso mais democrático à educação e inserção profissional e também a atividades ligadas à saúde, ao lazer, à participação política. Por fim, veremos a construção cultural do conceito de juventude. Para além das idéias estáticas sobre o grupo juvenil, que o apresentam como “natural” ou “inevitável”, mostraremos que a sua lapidação é flexível e maleável.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude; Cidadania; Cidade; Políticas sociais.

1) Introdução

O grupo social formado por jovens é aquele que se encontra no período de transição entre a infância e a fase adulta. Esta noção, mais característica do senso comum, encaixa a juventude entre a primeira etapa da vida, marcada pelo desenvolvimento do corpo e pelos processos básicos de aprendizagem e de molde ao convívio social, e o período em que a pessoa torna-se adulta, considerada pronta para enfrentar os desafios das atividades produtivas e de amadurecimento para as relações familiares e de reprodução. No entanto, cada vez mais, a juventude é um fenômeno social e cultural que ultrapassa as discussões etárias. Ela engloba uma série de ações, movimentos e intervenções características da prática juvenil nos caminhos das sociedades. Para além de ser um momento de transição, a juventude é a reunião de complexidades marcantes. Ela não é passagem. Na contemporaneidade, a juventude é

¹ Trabalho apresentado no II Seminário Interno PPGCOM UERJ – Grupo Temático: Representações e Sociabilidade.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Cultura de Massa, Cidade e Representação Social.



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

uma prática, cujo momento etário se retrai ou se dilata de acordo com a participação dos indivíduos e os contextos das dimensões social, cultural, política e econômica.

O tema da juventude ganha destaque, principalmente nos últimos anos, tanto no campo das pesquisas acadêmicas quanto na elaboração e execução de políticas sociais. O jovem tornou-se alvo e referência para uma série de ações, que vão desde estímulos ao consumo até a criação de novos espaços de participação política.

O surgimento do reconhecimento da juventude, tanto no cotidiano quanto para sociologia, é relativamente recente. A idéia de jovem apareceu somente na primeira metade do século XX e, mais especificamente, a partir da II Guerra Mundial. Nos anos 1990, a novidade é a construção, de forma mais sofisticada, da conceituação da juventude e, principalmente, da preocupação voltada para este grupo de indivíduos enquanto demanda de políticas sociais.

Neste trabalho, vamos perceber a juventude por meio de três caminhos. O primeiro é a relação entre as noções de juventude, comunidade e cidade contemporânea. Esta etapa é particularmente relevante para esta pesquisa, que trata justamente da cidadania cultural de jovens moradores de favela preocupados em se colocar para a cidade na contemporaneidade. O segundo caminho demonstra o jovem como grupo específico de políticas sociais, principalmente de programas do Estado, que buscam promover melhorias na qualidade de vida e garantir acesso mais democrático à educação e inserção profissional e também a atividades ligadas à saúde, ao lazer, à participação política. Por fim, veremos a construção cultural do conceito de juventude. Para além das idéias estáticas sobre o grupo juvenil, que o apresentam como “natural” ou “inevitável”, mostraremos que a sua lapidação é flexível e maleável.

1.1) Protagonismo comunitário e cidade contemporânea

O cenário deste processo de mudanças e de reconfigurações da juventude brasileira é a cidade contemporânea. Neste trabalho, nos concentramos no Rio de Janeiro. A fluidez das barreiras provoca a emergência de inúmeras maneiras de mediação e interação entre os indivíduos, inclusive com jovens como agentes de mudanças e apropriações, já que o centro e a periferia são ambientes difusos e os seus limites encontram-se mais confusos a cada dia. Os jovens são, ao mesmo tempo, autores



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

e protagonistas desta construção da cidade contemporânea. Onde começa o centro? Até onde vai a periferia? A partir destas indagações, vemos o Rio de Janeiro como uma face da metrópole contemporânea.

Neste contexto, há um elemento fundamental para o processo de transformações. No Rio de Janeiro, cada vez mais, a favela ocupa nos meios de comunicação e na pesquisa acadêmica um espaço que, na história da pessoa comum, sempre foi dela: o espaço da produção de conhecimento popular e de mecanismos de mediação cultural. A juventude, neste caso, também é o destaque, já que protagoniza a produção de novas estéticas e de elementos da cultura do cotidiano. Percebe-se que a barreira entre o “asfalto” e o “morro” de fato nunca existiu e que a relação entre a “comunidade” é um dos elementos culturais da cidade contemporânea. Na favela, os jovens têm um importante papel de releitura e reconfiguração dos elementos da cultura carioca.

A metrópole é suporte por meio do qual se faz circular uma miríade de linguagens juvenis. Em contrapartida, ela também se inscreve nos corpos dos jovens homens e jovens mulheres, conformando o modo como andam vestem-se expressam-se, amam-se e colocam-se a sonhar. Escritores da urbanidade são por ela também escritos, em uma por muitas vezes tensionada relação de intercâmbio e negociações de sentidos. Os corpos-mídia e as cidades midiáticas são reapropriações pelos meios massivos. É também por uma forte ocupação das mídias digitais que, hoje, no Brasil, veiculam-se e articulam-se inúmeras manifestações culturais juvenis (BORELLI & ROCHA, 2008, p. 29).

De forma interessante, o que vemos é um espaço, junto com seus jovens, que fortalece a cultura do cotidiano como elemento de caracterização do Rio de Janeiro como uma metrópole contemporânea. A favela assume um papel de centralidade na condução destas mudanças.

Mas o que caracteriza esta cidade global? O que há de comum neste conjunto de aglomerados de pessoas, construções e representações? Mesmo por meio de uma perspectiva acentuadamente econômica publicada pela primeira vez em 1997, Otavio Ianni apresenta uma contribuição sobre a dinâmica que caracteriza a sociabilidade da cidade contemporânea:

Na cidade estão presentes as condições e os produtos da dinâmica das relações sociais, do jogo das forças políticas e econômicas, da trama das produções culturais. Ela pode ser principalmente, mas também simultaneamente, mercado, fábrica, centro de poder político, lugar de decisões econômicas, viveiro de idéias científicas e filosóficas,



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

laboratórios de experimentos artísticos. Nela germinam idéias e movimentos, tensões e tendências, possibilidades e fabulações, ideologias e utopias (IANNI, 2002, p. 55).

Neste sentido, Manuel Castells ressalta a questão do isolamento em meio à intensa heterogeneidade da sociedade contemporânea:

A evolução de pólo para outro se faz naturalmente, pelo aumento da heterogeneidade social e das possibilidades de interação, à medida que a sociedade aumenta; também a perda do isolamento, provocada pelo contato com outra sociedade e/ou uma outra cultura, acelera consideravelmente o processo (CASTELLS, 1983, p. 131).

Por estas características, é na cidade que o processo de globalização ocorre de maneira mais acentuada. Há o encontro de todos os tipos relações, conflitos e processos, em graus distintos de intensidade e problematização. Na contemporaneidade, a cidade é o local da interação, da troca e da eclosão de inúmeros fenômenos sociais. A globalização cultural permite que fenômenos específicos de cada cidade se misturem com experiências comuns em várias localidades do globo, pois ela tem capacidade de se desdobrar em infinitas experiências do indivíduo.

Tanto no Rio de Janeiro quanto em outras partes do mundo, este processo não é estático e ocorre mesmo dentro da desorganização social dentro da cidade.

A cidade é o lugar da democracia e tirania, da racionalização e alienação, da cidadania e anomia. Um laboratório complexo, vivo e tenso, no qual tudo se experimenta, tudo é possível. Aí tanto se afirmam e reforçam como se debilitam e apagam convenções e barreiras, realidades e ilusões. Praticamente tudo o que é possível no nível da sociedade pode manifestar-se, imaginar-se e realizar-se na cidade (IANNI, 2002, p. 68)³.

A partir da cidade e das infinitas possibilidades de interações entre os indivíduos, Octávio Ianni chega a defender a existência de uma sociedade global, vinculada a transformações que ultrapassam as barreiras nacionais. Novamente sob uma perspectiva econômica, mas que consideramos ter paralelos com a cultura da cidade contemporânea, o autor denota este processo ao desenvolvimento de articulações econômicas e políticas internacionais características da globalização do capitalismo. Sua defesa concentra-se na constituição de condições e possibilidades de uma "espécie de

³ Assim como na primeira citação à Otavio Ianni, ressaltamos que a 1ª edição desta obra é de 1997.



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

sociedade civil global", por meio de "contratos sociais, formas de cidadania e estruturas de poder de alcance global" (IANNI, 1997, p. 165).

A intensificação do uso dos instrumentos das tecnologias da comunicação é um fator marcante e até de aceleração do processo de globalização. As trocas de informações em esfera mundial são cada vez mais presentes no cotidiano de cidadãos de localidades bastante distantes geograficamente, o que, inclusive, vêm provocando a formação de redes sociais que ultrapassam os limites do "vizinho", tanto da cidade quanto da nação. É inegável que, desta forma, surjam atitudes muito parecidas e que hábitos, de consumo e de comportamento, passem a ser reproduzidos em escala global.

No entanto, o foco deste trabalho é outro. Em paralelo com a constituição desta sociedade global, vemos um movimento de redefinição dos pequenos grupos sociais. Além de abrir caminhos para a formação de conjuntos de indivíduos de diferentes partes do mundo que compartilham atitudes comuns, a globalização também tem a capacidade de interferir e até de fortalecer a construção do espaço de pequenas comunidades. E não estamos falando das ainda existentes localidades isoladas geograficamente e sem acesso a mecanismos de comunicação à distância. Este fortalecimento de pequenos grupos acontece justamente em ambientes onde o contato com as transformações globais é percebido mais intensamente no dia-a-dia, através dos veículos de comunicação de massa e da a apropriação das tecnologias da informação. Esta possibilidade articulação, aliada à prática de resistência cultural, permite que jovens se apropriem de elementos do cotidiano juntamente com instrumentos tecnológicos digitais para viabilizar o surgimento de novas perspectivas locais.

No sistema global de trocas culturais há, de fato, processos de homogeneização em curso, de certa forma assimétricos, e há formas de vida humana que desaparecem. Nenhum desses fenômenos é particularmente novo, mas sua amplitude e velocidade, provavelmente, o são. No entanto, assim como formas de cultura desaparecem, outras formas são criadas - criadas localmente -, o que significa que elas trazem as marcas regionais que o cosmopolitismo festeja. O desaparecimento de formas culturais antigas é coerente com a manutenção de uma rica variedade de formas de vida humana apenas porque novas formas culturais, que diferem entre si, também são criadas o tempo todo (APPIAH, 1999, p. 221).



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

Este caleidoscópio de aparecimento e desaparecimento de formas culturais, aceleradas pela globalização, é um dos fatores de fortalecimento dos pequenos grupos. A tendência é que, a partir da associação, os indivíduos busquem alternativas para não se diluírem e, assim, estabelecem os laços com mais garantias de perpetuação. Com o impacto do capitalismo global e da constituição de grandes instituições internacionais no cotidiano do homem comum, até mesmo os problemas locais passam e ser enfrentados pelas diversas formas de manifestação do associativismo local.

As soluções para as questões estruturalmente menores tornam-se quase que impossível quando encontram-se sob a responsabilidade das grandes instituições globais. A tendência dos indivíduos é a organização a partir de quem está mais próximo, e que, muito possivelmente, encontra-se em situações parecidas. Ao lado da proliferação, em escala internacional, de redes sociais articuladas entorno de atitudes comuns e em defesa de grandes causas civis, o que percebemos é a multiplicação de grupos estritamente locais, em que a atuação é voltada para questões específicas e, muitas vezes, pontuais e únicas.

Há, inclusive, a expansão do discurso de valorização das parcerias entre grandes corporações - estatais, privadas ou da sociedade civil - e grupos comunitários para a busca, em conjunto, de soluções para questões específicas em política, cidadania e ecológicas. Neste sentido, a comunidade é percebida como necessária para as mais importantes discussões sociais na contemporaneidade.

Logo no início do seu livro "Comunidade", Zygmunt Bauman elabora uma caracterização ideal do conceito de "comunidade", para logo depois, negar a sua existência nos tempos contemporâneos de globalização.

As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra "comunidade" é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que "comunidade" signifique, é bom "ter uma comunidade", "estar em comunidade". Se alguém se afasta do caminho certo, freqüentemente explicamos sua conduta reprovável dizendo que "anda em má companhia". Se alguém se sente miserável, sofre muito e se vê persistentemente privado de uma vida digna, logo acusamos a sociedade - o modo como está organizada a como funciona. As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a comunidade. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa (BAUMAN, 2004, p. 7).



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

A partir desta descrição de um local idealizado, que tange a perfeição e onde os indivíduos são contemplados em suas necessidades, Bauman declara que "em suma, 'comunidade' é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance - mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir" (2004, p. 9). Citando Raymond Williams, o autor chega a caracterizar a "comunidade" como um espaço sempre ou do passado nostálgico ou do futuro esperançoso (2004, p. 9).

Esta construção de Zygmunt Bauman é marcada justamente por ser estritamente conceitual. O autor não reconhece a existência da "comunidade" por não admitir que ela carregue em si os problemas e obstáculos comuns a qualquer tipo de aglomerados de indivíduos: conflitos em torno de poder, discordâncias entre os seus membros, contradições internas. Estes elementos são encontrados tanto em sociedades complexas, quanto em agrupamentos societários menores, em momentos diferenciados da História.

Na contemporaneidade não é diferente. Os conflitos são encontrados em espaços sociais de escalas de complexidade diferentes, o que não invalida a existência comunidades com identidade e processos de sociabilidade e de socialidades próprios. João Maia e Juliana Krapp rejeitam a idéia de sucesso das tentativas de homogeneização do cotidiano do homem comum.

Afirmamos que o povo jamais deixou de viver de maneira comunitária em nome de processos difundidos nos espaços racionais. Sempre tivemos formas que impediram o mundo de se transformar em uma massa homogênea. Afinal, a vida das pessoas comuns, que vivem intensamente o cotidiano - de forma próxima e compartilhada, ou seja, comunitária e popular -, é um forte elemento de resistência ao totalitarismo (2005, p. 38).

Estas formas de resistência aos acelerados processos da globalização são percebidas mais claramente em grupos comunitários. Muitos destes grupos são constituídos, justamente, pela necessidade latente de seus indivíduos de interagirem em torno de sentimentos e da solidariedade, com o intuito de se desviarem dos mecanismos de homogeneização da modernização totalitária. Ao se associarem, estes indivíduos enxergam a possibilidade de estabelecerem parâmetros e comportamentos de acordo com as suas próprias necessidades, ampliando substancialmente, a multiplicidade dos estilos de vida na contemporaneidade.



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

Assim, percebemos que a “comunidade” é mais que um permanente resgate nostálgico ou uma visão esperançosa do que ainda está por vir. Ela é uma demonstração de que os processos de transformações da contemporaneidade não remetem somente ao “global” ou aos “grandes sistemas”, mas também fortalecem os processos culturais locais. Desta forma, a cultura comunitária não é anulada pela globalitária e, sim, complementar. Anthony Giddens defende que “a globalização não diz respeito apenas ao que está ‘lá fora’, afastado e muito distante do indivíduo. É também um fenômeno que se dá ‘aqui dentro’, influenciando aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas” (2000, p. 22).

Por outro lado, há também “comunidades” que se formam por necessidades pragmáticas que remetem a questões estruturais, voltadas para a busca de soluções de melhorias das condições de vivência e circulação no ambiente urbano. Estes indivíduos, principalmente os moradores das grandes cidades, se articulam em torno de causas como a alternativas para o trânsito conturbado, para o esgoto que não é tratado ou para as diversas versões da violência nas metrópoles. Um exemplo na atualidade é o movimento Nossa São Paulo, voltado para “promover iniciativas que possam recuperar para a sociedade os valores do desenvolvimento sustentável, da ética e da democracia participativa” na mais populosa cidade brasileira⁴ (acessado em 7/10/2008). Com uma posição adversa a versão nostálgica e idealizada de Bauman, Anthony Giddens contextualiza esta tendência: “avanço da globalização torna um foco comunitário tanto necessário quanto possível, por causa da pressão para baixo que exerce. “Comunidade” não implica a tentativa de recapturar formas perdidas de solidariedade local; diz respeito a meios práticos de fomentar a renovação social e material de bairros, pequenas cidades e áreas locais mais amplas” (GIDDENS, 2001, p. 89).

Além destes dois modelos de processos de articulação comunitária, podemos ainda ressaltar a existência de “comunidades híbridas”. Estas, por sua vez, carregam características tanto de valorização dos sentimentos quanto de posturas de negociação pragmática com os demais espaços da sociedade. Os indivíduos têm propostas delineadas sobre os seus direitos enquanto agentes de transformações da sua comunidade e até da sociedade e, ainda assim, optam por se articularem com critérios

⁴ <http://www.nossasaopaulo.org.br/porta/>



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

subjetivos e de relações sociais de longo prazo. Este é o caso, por exemplo, das relações que moradores da comunidade da Candelária estabelecem a partir do uso da internet por meio de ferramentas pirateadas. Por meio de um discurso de acesso e garantia do direito à informação, estes cidadãos costumam interações entre eles e, ao mesmo tempo, uma forma de diálogo com o restante da sociedade.

Na Candelária, a presença do Estado sempre foi muito incipiente e os problemas locais eram solucionados com criatividade e com uma espécie de associativismo precoce das lideranças e dos demais indivíduos. Com o processo de globalização, esta autonomia comunitária ganha força e passa a se apropriar de outros elementos para transformar a cidade também no seu espaço para o exercício da cidadania.

Com o contato e possibilidade de releituras de informações a partir dos instrumentos das tecnologias da comunicação, lideranças das favelas do Rio de Janeiro adquirem autonomia e abrem possibilidades no sentido de negociarem suas questões. Isto ocorre dentro da estrutura permitida pela cidade, pois “é na cidade que o indivíduo pode perceber mais limpidamente a cidadania, o cosmopolitismo, os horizontes da sua universalidade. Aí ele pode apropriar-se mais plenamente do que nunca da sua individualidade e humanidade, precisamente porque aí multiplicam-se as suas possibilidades de ser, agir, pensar e imaginar” (IANNI, 2002, p. 67).

De forma complementar a esta avaliação individualizante de Otávio Ianni, destacamos Silvia Helena Simões Borelli e Rose de Melo Rocha, que discorrem sobre as dicotomias no meio urbano vividas pela juventude:

Nossas metrópoles são essencialmente ambivalentes: ao mesmo tempo, a escassez e o excesso, a aceleração e a inércia, o desenvolvimento e a precariedade. E é nessa cena de paradoxos que efetivamente os jovens vivem na cidade e com a cidade: rompendo limites, reinventando possibilidades, caminhando em corda-bamba ou saltando no ar. Para alguns, o céu como limite. Para outros, resta reinverta-se no mais árido chão (2008, p. 38).

Neste contexto, os pequenos grupos ganham força e passam a ter o seu trabalho fortalecido e, inclusive, reconhecido. Sob desta perspectiva coletiva e orgânica, é possível observar o novo modelo de articulação do trabalho comunitário na comunidade da Candelária. Eles reinventam o uso das tecnologias digitais e promovem práticas de acesso à informação com preocupações vinculadas ao exercício da cidadania.



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

Na próxima etapa do texto, veremos como os direitos da juventude são articulados na esfera das políticas públicas. É possível perceber, por exemplo, que o discurso de garantia de direitos para o segmento juvenil é bastante próximo nas falas dos jovens da Candelária quando comparado aos documentos oficiais dos programas estatais e também de especialistas e organizações que trabalham com o tema da juventude.

1.2) Verticalidade: quando o Estado se volta para os jovens

O grupo formado por jovens, especialmente moradores das grandes cidades, começou a chamar a atenção do Estado no início da década de 1990. Foram criados espaços institucionais nas esferas do poder público para a execução de programas voltados para o segmento juvenil. Junto a isso, vieram as reivindicações por orçamentos estatais, que pudessem garantir a viabilização destas ações. A partir daí, a demanda por políticas públicas para juventude ganhou destaque no Brasil (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 17).

Apesar da ampliação das ações governamentais voltadas os jovens, este referencial sobre os direitos da juventude ainda não está consolidado. Assim, o debate sobre o que é ser jovem e, especialmente, quais são as demandas da juventude é intenso. Estes desafios relacionados à formulação das ações estatais para o segmento juvenil ficam explícitos na própria Política Nacional de Juventude, elaborada pelo Governo Federal em parceria com organizações civis:

Os desafios no reconhecimento dos direitos dos jovens são muitos. O mais difícil de ser superado é a própria dubiedade advinda das contraditórias representações sociais sobre a condição juvenil. Não é exagero afirmar que a sociedade contemporânea é, paradoxalmente, “juventudocêntrica”, ao mesmo tempo em que é crítica da juventude. (...) Os mesmos estereótipos que constroem um imaginário social de valorização da juventude são aqueles que a impedem de uma participação plena. (CONJUVE, 2006)

A partir da década de 1990 e mais intensamente a partir do ano 2000, o fenômeno da onda jovem⁵ chegou à América Latina e mais especificamente aos países

⁵ A “onda jovem” é um fenômeno populacional em que há uma descontinuidade demográfica, ou seja, uma mudança brusca do contingente de determinado grupo de indivíduos, provocada por alterações de



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

emergentes – Brasil, Argentina, Chile e México. De acordo com o estudo *Juventud, población, y desarrollo em América Latina y Caribe* (2000) da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), a população de jovens da região pulou de 72 milhões em 1950 para 186 milhões em 1990. Nesta tendência, a comparação entre estes mesmos dois momentos históricos revela que a média anual de incremento juvenil na demografia da região saltou de 1,9% para 3,1%.

Esta pesquisa foi um marco para a formulação as políticas de juventude na América Latina e no Caribe e, principalmente, para o processo de integração entre organizações da sociedade civil e órgãos dos poderes públicos. Foi o passo inicial de ações de intercâmbio, com a permanente referência ao modelo utilizado pela Comissão Européia desde a década de 1950. Rodrigo Abel destaca a importância da pesquisa da Cepal para o processo de integração regional.

Os dados [pesquisa da Cepal] nos indicam uma grande oportunidade, isto é, capacitar essa população de melhores condições de sociabilidade do que seus antecedentes e fazer com que transitem para a vida adulta com níveis mais altos de escolaridade e mais capacitados para enfrentar as mudanças atuais do mundo do trabalho. Essa oportunidade, porém, pode se tornar um risco, à medida que não atentarmos para a criação de mecanismos que facultem de forma razoável essa transição. Essa mudança – para a vida adulta – depende essencialmente de como os governos responderão às demandas de hoje. As aflições e as dificuldades com que os jovens se deparam na América Latina dão certa uniformidade aos desafios para a constituição de uma agenda simétrica de ação governamental (2007, p. 73).

A discussão sobre juventude e políticas sociais já faz parte, inclusive, da agenda das Organizações das Nações Unidas. Mesmo que ainda não haja um grande acordo para a formulação de uma declaração universal dos direitos juvenis, a ONU possui instrumentos específicos para estimular a reflexão sobre as demandas e desafios de jovens das diferentes partes do mundo e contribuir, metodologicamente, para a formulação de iniciativas governamentais. Criado em 1995, o mecanismo mais importante é o Programa Mundial de Ação para a Juventude⁶ (PMAJ) que busca o encontro dos conceitos sobre os segmentos juvenis e estabelece orientações e metas a

fatores como mortalidade, migração ou fecundidade de, normalmente, grupos etários específicos (BERCOVICH & MADEIRA, 1990, p. 610).

⁶ <http://www.un.org/events/youth98/backinfo/ywpa2000.htm>



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

serem atingidas pelos países-membros da ONU (acessado em 30/08/2008). O principal produto do PMAJ foi o *World Youth Report 2005*⁷. Lançado na 60ª Assembléia Geral da ONU, o documento apresentou um conjunto de indicadores sobre a situação da juventude (acessado em 30/08/2008).

Além do Programa Mundial de Ação para a Juventude, a Organização das Nações Unidas promoveu, na cidade de Lisboa em 1998, a Conferência Mundial de Ministros de Juventude⁸. Ela reuniu os responsáveis pelas ações estatais voltadas para a promoção dos direitos dos segmentos juvenis dos respectivos países-membros. Este encontro representou mais um avanço na interlocução intergovernamental para a formulação de diretrizes globais para as políticas públicas para a juventude. Neste caso, os direitos da juventude foram organizados de acordo com nove eixos: estabelecimento de políticas nacionais, participação, desenvolvimento, paz, educação, emprego, saúde, abuso de drogas e articulação com o conjunto de diretrizes da ONU (acessado em 30/08/2008).

No Brasil, o maior levantamento de dados sobre juventude - nomeado Projeto Juventude - foi realizada pelo Instituto Cidadania. A iniciativa promoveu uma série de seminários reunindo jovens, pesquisadores, representantes de movimentos sociais e gestores do poder público para montar uma proposta de política de juventude para os governos brasileiros. Naquele momento, o levantamento⁹ foi um avanço e, de fato, contribuiu para impulsionar a discussão sobre o tema na agenda do poder público brasileiro (PROJETO JUVENTUDE, acessado em 30/08/2008).

Outro ponto importante do Projeto Juventude é o componente do jovem enquanto agente cultural. Liderado por Maria Rita Kehl, esta parte da pesquisa focou hábitos de consumo, interesse por produção artística e percepção sobre imagem e os meios de comunicação de massa. Estas questões foram observadas de forma a permear vários aspectos da vida do jovem, como sexualidade, família, relacionamentos de amizade e afetivos, dinheiro e participação política (KEHL, 2004, p. 92).

⁷ <http://www.un.org/esa/socdev/unyin/wyr05.htm>

⁸ <http://www.un.org/events/youth98/pressrel/portugue/youth10.htm>

⁹ www.projetojuventude.org.br



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

Esta participação é um dos pontos mais controversos nas referências sobre juventude. Na década de 1960, quando a identidade “jovem” já estava bastante consolidada nas culturas ocidentais, a noção de participação era clara e objetiva. Atualmente, este fator tornou-se difuso e maleável. Por um lado, é possível ater-se a critérios mais tradicionais de participação, como organismos político-institucionais ou movimentos com organicidade e estratégias razoavelmente contextualizadas. Do outro lado, há a possibilidade, cada vez mais latente, de se reconfigurar a noção de participação. Não somente para os jovens, mas para qualquer grupo de indivíduos. Assim, a primeira dificuldade é definir o que é “participação” nos tempos contemporâneos. Acerca deste debate sobre participação na contemporaneidade, Daniel Martin nos apresenta uma perspectiva interessante:

Se nós aceitarmos que a diversão pode ser política, então participar das *raves* pode ser uma prática política que desafia nossas próprias noções acerca de nós mesmo. Ela subverte imagens dominantes de subjetividade e disciplina, e declara que a política não tem que ser negativa, nem tem que ser confinada em salas de comitês, e que protestos não têm que ser raivosos. Participar das *raves* demonstra que uma asserção positiva de valores e práticas, que mudam a maneira com que uma vasta parcela da população conduz as suas vidas, pode ser mais construtiva e afirmativa do que qualquer participação política no sentido tradicional (1999, p. 92).

Nesta perspectiva sobre debates contemporâneos fundamentais para a construção das políticas públicas de juventude, temos a questão da diversidade. Ela também está contemplada na Política Nacional de Juventude. Para a elaboração do documento, foi criada, inclusive, uma Câmara Temática específica sobre o assunto, que reuniu informações e opiniões para a criação de ações voltadas para o respeito à diversidade:

Os direitos humanos são considerados direitos fundamentais de todas as pessoas, sem quaisquer distinções de sexo, nacionalidade, local de moradia, etnia, cor de pele, faixa etária, classe social, ter ou não deficiência, profissão, opinião pública, religião, orientação sexual, nível de instrução ou julgamento moral. (...) Embora a juventude possa ser considerada uma categoria social composta por sujeitos que compartilham a mesma fase da vida, tem-se produzido um consenso no Brasil de que é necessário atentar para a multiplicidade de experiências que reunimos sob essa ampla denominação (CONJUVE, 2006, p. 93).



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

A partir deste estudo do Instituto Cidadania e deste conjunto de discussões sobre juventude, teve início a estratégia de criação de órgãos no âmbito do Governo Federal para implementação das ações nacionais para os jovens. O passo inicial foi o estabelecimento da Secretaria Nacional de Juventude, ligada diretamente à Secretaria-geral da Presidência da República, responsável pela execução de projetos e articulação interministerial. Para promover o diálogo com a sociedade civil, promover estudos e propor diretrizes institucionais, foi criado o Conselho Nacional de Juventude, com participação de órgãos governamentais e organizações sociais. A primeira formação do fórum se deu com a nomeação de todos os membros pelo próprio governo. No entanto, a gestão seguinte já foi escolhida por meio de eleição aberta de entidades e institutos que trabalham com o tema. Por fim, a implementação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem –, que, no âmbito da própria secretaria, em parceria os Ministérios da Educação, do Trabalho e de Desenvolvimento Social, busca aumentar a escolaridade de jovens que não terminaram o ensino fundamental e oferecer capacitação profissional básica para aqueles que não tem carteira de trabalho assinada¹⁰ (SNJ, acessado em 30/08/3008). Até 2010, o ProJovem tem orçamento de R\$ 5,4 bilhões e a meta de atingir todos os 4,5 milhões de jovens que se encontram neste perfil¹¹ (AREDE, acessado em 30/08/3008).

Após este panorama sobre a construção das políticas públicas para a juventude, discutiremos o conceito de juventude. Na próxima seção, veremos que esta não é uma noção estática ou natural. A juventude é uma construção histórica e cultural, repleta de desvios e alternâncias.

1.3) O segmento juvenil: da desconstrução etária aos aspectos culturais

A noção de juventude caracteriza-se por representações bastante sólidas e outras, no sentido oposto, extremamente fluidas. A percepção do indivíduo jovem está, no senso comum, relacionada à determinada faixa etária, mas ao mesmo tempo vinculada a uma certo tipo postura, uma forma de levar a vida, um "estado de espírito" que pode ser praticado por pessoas de qualquer idade. Esta dualidade também está presente nas

¹⁰ www.juventude.gov.br

¹¹ www.aredo.inf.br



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

discussões acadêmicas. Desde o início da década de 1990, quando a questão da juventude foi resgatada às pautas tanto da universidade quanto do Estado, a conceituação do segmento juvenil tornou-se como desafiadora.

Assim, o delineamento sobre grupo específico da juventude não é fechado. Mesmo o Estado, que historicamente precisa ser regulado por definições objetivas para a sua atuação, não chegou a uma conclusão sobre quem é o indivíduo jovem. Isto acontece tanto no Brasil quando em outros países que avançam nesta discussão, especialmente na Europa e na América Latina. O caminho mais utilizado é, sem dúvida, a definição etária, onde se estipula as idades mínimas e máximas para o segmento juvenil. Este é um tópico importante para a formulação das políticas públicas sociais, pois envolve diretamente número de pessoas a serem atendidas e, conseqüentemente, os recursos financeiros investidos. Um trecho do livro do escritório brasileiro da UNESCO demonstra com clareza este anseio em definir a faixa etária da juventude:

Do ponto de vista demográfico, os jovens são, principalmente, um grupo populacional que corresponde a uma determinada faixa etária que varia segundo contextos particulares, mas que, geralmente, está localizada entre os 15 e os 24 anos de idade. No caso de áreas rurais ou de pobreza extrema, o limite se desloca para baixo e inclui o grupo de 10 a 14 anos; em estratos sociais médios e altos urbanizados se amplia para cima para incluir o grupo de 25 a 29 anos. Segundo diversas circunstâncias particulares, identifica-se, como jovens, um conjunto de pessoas de idades variáveis que não pode ser tratado com começo e fim rígidos (UNESCO, 2004, p. 25).

No Brasil, o Governo Federal, em parceria com organizações da sociedade civil, também estabeleceu critérios etários para definir o segmento juvenil, assim, que se coloca como público das políticas sociais. De acordo com o texto da Política Nacional de Juventude, percebemos o objetivo em ampliar o universo de cidadãos jovens. Mesmo com a preocupação em ponderar a definição de jovem de acordo com a condição social do indivíduo, o documento reitera a classificação por idade:

A manutenção de estereótipos dificulta a ação política. Em termos gerais, ser jovem é uma condição social com qualidades específicas e que se manifesta de diferentes maneiras, segundo características históricas e sociais. No aspecto da categoria etária, ainda que se incorra em imprecisões – pois em algum nível toda categorização é, obrigatoriamente imprecisa e injusta – é considerado jovem no Brasil o cidadão ou cidadã com idade compreendida entre 15 e 29 anos (CONJUVE, 2006, p. 5).



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

Apesar de reconhecer a importância de se focar grupos para a execução de políticas públicas, propomos a adoção da perspectiva cultural da juventude. Desta forma, retomamos a noção de que o segmento juvenil não é natural às sociedades, mas, sim, resultados de determinados fatos historicamente construídos. A noção de juventude está relacionada a uma prática do cotidiano e a uma postura em relação aos fenômenos culturais. Para além de diferenciar contextos sociais que supostamente determinariam a faixa etária de transição da infância para a vida adulta, interessa-nos perceber quais as atividades e os comportamentos constituem a identidade juvenil. Por meio da produção de bens simbólicos, a juventude é percebida de forma diferenciada, específica, especial. E isto não pode ser reduzido a recortes etários. "Juventude é um conceito vazio de conteúdo fora de seu contexto histórico e sociocultural (...). O estudo dos fenômenos juvenis, portanto, só será entendido no marco geral das grandes mudanças socioeconômicas e culturais." (VALENZUELA, 1998, p. 38-39). "Encaradas, amiúde, como fenômenos biológicos universais, a adolescência e a juventude devem ser compreendidas, ao contrário, como artefatos de governamentabilidade, construídos e operacionalizados na intersecção de discursos políticos, acadêmicos e mercadológicos que estabelecem como aceitáveis, desejáveis ou temerárias determinadas características, configurações, associações e atitudes das populações denominadas jovens" (FREIRE FILHO, 2006, p. 41).

O caminho de encontrar as referências que norteiam as discussões sobre juventude deve também conter a perspectiva de que o indivíduo jovem é repleto de práticas e representações próprias. Isto deve ser considerado justamente para que o tema não seja encarado somente como uma "etapa, ponte, momento em consistência ou identidade reduzido a uma meta transição entre grupos de idade" (MARTÍN-BARBERO, 1998, p. 23). Esta abordagem é ressaltada por Regina Novaes:

Como se sabe, a seqüência infância-juventude-maturidade foi ganhando conteúdos, definições sociais e jurídicas ao longo das histórias. São arbitrários culturais, socialmente construídos, que determinam em que momento e através de quais rituais de passagem se muda de uma fase da vida para outra. No tempo e no espaço, variam as idades cronológicas e variam também as expectativas que as sociedades constroem para seus jovens. Na verdade, a construção da



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

categoria juventude se fez e se faz no bojo de disputas sociais, econômicas e políticas. (NOVAES, 2007, p. 19)

Neste caminho, Humberto Cubides, Maria Toscano & Carlos Valderrama complementam as colocações de Novaes:

O que se reivindica do ponto de vista conceitual é que os jovens possam emergir não pela negação, pelo “não ser”- criança ou adulto – mas por um estatuto afirmativo que procure dar conta daquilo que realmente representam, ou, em outras palavras, da “emergência da juventude como ator social, com estatuto próprio, sensibilidade e expressões próprias, trânsitos urbanos, apropriações e ressignificações. (CUBIDES, TOSCANO, & VALDERRAMA, 1998)

Acreditamos que um dos motivos de desqualificação da condição da juventude que ainda persiste na contemporaneidade está vinculada, entre outras coisas, ao debate geracional. Com raras exceções, a construção da representação do jovem é pautada pela rejeição das práticas juvenis da atualidade, por meio de um sentimento de resgate e nostalgia em relação a gerações anteriores. Ao citar Corsten (1999), João Freire Filho & João Francisco de Lemos dizem que "a razão preponderante para o renovado interesse pelo assunto é a 'crise das identidades coletivas' tradicionais. O esvaziamento heurístico de categorias como classe social, no bojo da modernidade reflexiva, teria aberto espaço para que idade e geração se fortalecessem como marcadores de diferenciação e conflito. (2008, p. 15-16). Neste sentido, Regina Novaes contextualiza este conflito entre as gerações de jovens e adultos na atualidade:

(...) é comum a idealização da juventude do passado. Assim como são recorrentes as imagens negativas da atual geração que prevalecem no senso comum, nos meios de comunicação e até mesmo em certos espaços acadêmicos. Via de regra, a juventude de hoje é vista genericamente como consumista (e não questionadora da sociedade de consumo); como individualista (e não solidária); como conservadora (e não progressista); como alienada (e não engajada), como apática (e não participativa). Certamente esta comparação evoca um importante segmento juvenil que ganhou visibilidade nos movimentos sociais dos anos 60 e 70, mas que não representava estatisticamente a maioria dos jovens daquela época. Compara-se, assim, uma minoria do passado com todos os jovens do presentes. (2007, p. 22)

Para além de comparar gerações, o que Regina Novaes traz de mais válido é a necessidade de se desconstruir estereótipos sobre os jovens. Para isto, é preciso compreender a complexidade do segmento juvenil. Assim, podemos inclusive



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

aproveitar o conceito de juventudeS. No plural mesmo, para denotar a sua multiplicidade de identidades culturais e representações¹².

Tais configurações expressam-se nas próprias diversidades que marcam a condição juvenil. Essa tendência permite conceber jovens e juventudes no plural e construir uma reflexão que seja capaz de responder por este ou aquele coletivo juvenil particular, situado, que constrói relações dentro de seus próprios territórios: a cidade, o bairro, a rua, a família, a escola, a igreja, os diversos pólos de ação das políticas públicas, organizações não-governamentais e outras instituições que garantem aos jovens uma designação local, um lugar de origem e de referência para o desdobramento de suas trajetórias de vida (BORELLI & ROCHA, 2008, p. 30).

Rossana Reguillo complementa estas colocações sob a perspectiva das identidades juvenis:

Em nenhuma parte do mundo a juventude representa um bloco homogêneo capaz de responder por um conjunto de categorias fixas (...) [Os jovens] trabalham, vão à escola, abraçam algumas causas, mas os referenciais identitários não passam pela fábrica, pela escola, pelo partido. A identidade está em outra parte. São identidades móveis, efêmeras, mutantes, capazes de respostas ágeis e, por vezes, surpreendentemente comprometidas (REGUILLO, 1998, p. 58)

Por estas questões, o entendimento da pluralidade da juventude é importante para o afastamento de estereótipos e, principalmente, para compreender de forma mais minuciosa as suas expressões. Os grupos são intensamente variados, inclusive aqueles organizados em movimentos sociais. Há os jovens estudantes, único coletivo organizado que era reconhecido até os anos setenta; a juventude das periferias das grandes metrópoles; que se articula em torno de símbolos-resultados de posições políticas e expressões culturais, como o *hip hop*; os jovens rurais, que têm o seu contingente populacional reduzido por conta dos processos de urbanização, mas que resgatam a sua relevância em discussões como a do protecionismo dos países ricos; as mulheres jovens, que renovam o feminismo e ainda são o centro dos debates sobre direitos sexuais e reprodutivos; os jovens com múltiplas identidades étnicas, que nos remetem a uma infinidade de questões – negros, latinos, afro-latinos, afro-caribenhos, árabes, orientais, leste-europeus; os jovens com deficiência, que sofrem um ciclo de

¹² Na dissertação, a noção de identidade será detalhada na seção sobre cidadania cultural, com a destaque para a contribuição de Stuart Hall (2007).



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

invisibilidade apesar de pesquisas demográficas comprovarem que são mais 15% em todo o mundo (WERNECK, 2005, p. 16); a juventude com todas as orientações sexuais e também identidades de gênero, que invadem as avenidas nas paradas gays e ganham espaço para expressarem suas afetividades; os jovens de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, que, cada vez mais, simbolizam o elo local/global; e a juventude que renova os movimentos sociais e consolida a influência política das organizações não-governamentais, através de reivindicações que transitam entre o coletivo e os interesses públicos difusos, como direitos humanos, acesso à educação de qualidade, garantia de condições saudáveis de trabalho e produção e, com grande e recente destaque, a preservação do meio ambiente.

A noção de *estilo de vida*, apresentada por Anthony Giddens (2002, p. 79), é fundamental para a construção da idéia de juventude nesta pesquisa. Além da conceituação, ela também permeia a metodologia, pois baliza inclusive a escolha das pessoas entrevistadas. Para o autor, o estilo de vida está, necessariamente, em contraponto com a tradição e alinhada com a modernidade. Isto acontece porque, enquanto a tradição se pauta por ordenações relativamente fixas, a modernidade possibilita ao indivíduo uma gama maior de escolhas, ao mesmo tempo em que fornece pouca ajuda sobre as opções que devem ser selecionadas. Neste contexto, ele que diz que “um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade” (Ibid).

Desta forma, a juventude se coloca muito mais como um grupo que se “encontra” neste estilo de vida do que por coincidências etárias. “Os estilos de vida são práticas rotinizadas, as rotinas incorporadas em hábitos de vestir, comer, modos de agir e lugares preferidos de encontrar os outros; mas as rotinas seguidas estão reflexivamente abertas à mudança à luz da natureza móvel da auto-identidade” (Ibid).

Também por permear esta perspectiva teórica mais contemporânea, nos apropriamos das contribuições de Massimo Canevacci. Ele trabalha justamente com a noção de juventude, mas afirma a existência da dilatação da noção de jovem, “virando



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

do avesso as categorias que fixavam faixas etárias definidas e claras passagens geracionais”. Desta forma, os jovens são intermináveis:

Cada jovem, ou melhor, cada ser humano, cada indivíduo pode perceber sua própria condição de jovem como não-terminada e inclusive como não-terminável. Por isso, assiste-se a um conjunto de atitudes que caracterizam de modo absolutamente único nossa era: as dilatações juvenis. O dilatar-se da autopercepção enquanto jovem sem limites de idade definidos e objetivos define as barreiras tradicionais, tanto sociológicas e biológicas. Morrem as faixas etárias, morre o trabalho, morre o corpo natural, desmorona a demografia, multiplicam-se as identidades móveis e nômades. E nasce a antropologia da juventude (2005, p.29).

Ao articularmos os conceitos de *estilo de vida* e *juventude dilatada*, percebemos a congruência de elementos culturais que permeiam jovens da comunidade da Candelária. Ao invés de um contingente etário, a juventude se apresenta como um grupo de indivíduos com formas específicas de socialidade e práticas culturais. Ao revelar as suas próprias noções de juventude – através das falas e das ações do cotidiano – os jovens da comunidade também não se atêm a limites etários, mas sim a um conjunto de atividades e representações que moldam o segmento juvenil. Na adoção de perspectivas culturais para discorrer sobre a juventude, esta dissertação busca também, em bases teóricas, reafirmar a importância da produção de conhecimento dos indivíduos moradores da favela.

Uma das importantes contribuições desta produção de conhecimento são as alternativas de exercício da cidadania. Este assunto será detalhado durante o restante da pesquisa.

Bibliografia

ABEL, Rodrigo. *Para além das políticas de juventude*. Rio de Janeiro, 2007.

APPIAH, Kwane Anthony. *Cultura, comunidade e cidadania*. In: HELLER, Agnes. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

AREDE. Disponível em <www.arede.inf.br> Acessado em 30/08/2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

BORELLI, Silvia Helena Simões & ROCHA, Rose de Melo. *Juventudes, mídiatizações e nomadismos: a cidade como arena*. In: ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING. *Comunicação, Mídia e Consumo*. V. 5 n. 13 (julho 2008). São Paulo: ESPM, 2008.

CANEVACCI, Massimo. *Culturas eXtremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles*. Tradução de Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CEPAL. *Juventud, población, y desarrollo em América Latina y Caribe*. Disponível em <[http://www.cajpe.org.pe/informacionjuridica/modulojovenes/Docs/Parte_5_Democracia/\(16\)%20Juventud%20Poblaci%C3%B3n%20y%20desarrollo%20-%20Celade/Indice.pdf](http://www.cajpe.org.pe/informacionjuridica/modulojovenes/Docs/Parte_5_Democracia/(16)%20Juventud%20Poblaci%C3%B3n%20y%20desarrollo%20-%20Celade/Indice.pdf)>. Acessado em 29/07/2008.

CONJUVE: CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

CORSTEN, M. *The time of generation*. In: *Time & Society*, vol. 8, n. 2-3, 1999, p. 249-272. Apud:

FREIRE FILHO, João. *Reinvenções da resistência juvenil: posestudos culturais e as micropolíticas do cotidiano*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CUBIDES, H., J. TOSCANO, M. C. & VALDERRAMA, C. E. H. (orgs.). *Vivindo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Bogotá: Siglo Del Hombre/DIUC, 1998.

FREIRE FILHO, João. *Reinvenções da resistência juvenil: posestudos culturais e as micropolíticas do cotidiano*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GIDDENS, Anthony, *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 4a edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2000.

IANNI, Otavio. *A era do globalismo*. 7a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KEHL, Maria Rita. *A juventude como sintoma da cultura*. In: NOVAES, Regina & VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.



II SEMINÁRIO INTERNO PPGCOM

Rio de Janeiro | RJ | 4 a 5 de dezembro de 2008

MAIA, João & KRAPP, Juliana. *Comunicação e comunidades: novas perspectivas das sociabilidades urbanas*. In: FREITAS, Ricardo Ferreira; NACIF, Rafael. *Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

MARTIN, Daniel. *Power play and party politics: the significance of raving*. *Journal of Popular Culture*, vol. 32, n 4, p. 77-99, 1999.

MARTIN-BARBERO, Jesus. *Jóvenes: des-orden cultural y palimpsestos de identidad*. In: CUBIDES, Humberto, TOSCANO, Maria & VALDERRAMA, Carlos (orgs.). *Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Bogotá: Siglo Del Hombre/DIUC, 1998.

MOVIMENTO NOSSA SÃO PAULO. Disponível em <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/>>. Acessado em 7/10/2008.

PMAJ: PROGRAMA MUNDIAL DE AÇÃO PARA A JUVENTUDE. Disponível em <<http://www.un.org/events/youth98/backinfo/ywpa2000.htm>>. Acessado em 30/08/2008.

PROJETO JUVENTUDE. Disponível em <www.projetojuventude.org.br>. Acessado em 30/08/2008.

REGUILLO, Rossana. *El año dos mil. Ética, política e estéticas: imaginários adscripciones y prácticas juveniles. Caso mexicano*. In: CUBIDES, Humberto, TOSCANO, Maria &

VALDERRAMA, Carlos. (orgs.). *Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Bogotá: Siglo Del Hombre/DIUC, 1998.

SNJ - SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Disponível em <www.juventude.gov.br>. Acessado em 30/08/2008.

SPOSITO, Maria Pontes e CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventude e Políticas Públicas no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. ANPED: 2003.

UNESCO. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2004.

WERNECK, Claudia. *Manual sobre desenvolvimento inclusivo para mídia e profissionais de comunicação*. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2005.

WORLD YOUTH REPORT 2005. Disponível em <<http://www.un.org/esa/socdev/unyin/wyr05.htm>>. Acessado em 30/08/2008.